

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ofício nº 625/2020 - AJ

São José (SC), 09 de abril de 2020.

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD/MG, RESPONSÁVEL PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23005.002969/2018-16.

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, já qualificada junto ao Edital de Pregão em epígrafe, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso apresentado por GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI, no certame, nos termos do que a seguir passa a expor:

I - DOS FATOS

1. Trata-se de processo licitatório que se dá sob a modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço GLOBAL, e tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação dos serviços de continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital nº 45/2019 e seus anexos.

2. A abertura da sessão ocorreu dia 25/03/2020, sendo que, passadas todas as fases do certame, a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, ora Recorrida, apresentou menor preço, restando legítima vencedora.

3. Aberto o prazo para o registro de intenção de recurso, a empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI, ora Recorrente, apresentou intenção de recurso quanto à aceitação da proposta da empresa vencedora. Vejamos a motivação descrita em Ata:

Motivo Intenção: Manifestamos intenção de recurso, com base do direito do contraditório, tendo em vista que a proposta apresentada pela empresa arrematante contém erros na formação dos custos, apresentando indícios de inexequibilidade, bem como não atende a todos os requisitos da habilitação, o qual será fundamento no recurso.

4. A Recorrente motivou sua manifestação com base no entendimento de que a proposta apresentada pela Recorrida propõe prestação de serviços por metro quadrado em desconformidade com o que dispõe o edital e a IN 05/2017, bem como, que não preenche todos os requisitos de habilitação.

5. Ocorre que os argumentos expostos pela empresa Recorrente não devem prosperar, e em razão disto, visando extirpar toda e qualquer dúvida quanto à lisura da decisão colocada em xeque, é que a empresa Recorrida, legítima vencedora do presente processo licitatório, ataca os pontos tidos como controvertidos para ao final requerer pela manutenção da decisão desta Ilustre Pregoeira.

II - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRARRAZÕES

6. Esta contrarrazão em recurso administrativo encontra fundamento na Lei nº. 10.520/02, bem como na Lei nº. 8.666/93.

7. Ademais, estabelece o Instrumento Convocatório diretrizes para apresentação de recursos e contrarrazões, os quais a Recorrida confere total atendimento.

II – DO MÉRITO

II.1 – DA PRODUTIVIDADE

8. Como exposto nas razões de seu recurso, aduz a Recorrente que a empresa Recorrida teria apresentado sua proposta de preços e planilha de custos em desconformidade com a produtividade ESTIMADA pela Administração Pública no Edital, e por isso, pleiteia a desclassificação da licitante Recorrida.

9. Aduz ainda, que a produtividade adotada pela empresa Recorrida para execução dos serviços vai de encontro com o parâmetro adotado pela Administração e que desta forma, não poderiam prestar um serviço de boa qualidade, tendo em vista a diminuição do quantitativo.

10. Pois bem! Preliminarmente, cabe reforçar que os profissionais disponibilizados para atender este contrato terão plenas condições de satisfazer a demanda sugerida no Edital do Pregão Eletrônico nº 45/2019, conforme já esclarecido em fase de aceitação de proposta, já acatada pelo Sr. Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

11. De fato, a Recorrida apresentou uma produtividade diferenciada em sua planilha de formação de preços, todavia, baseada no que dispõe o item 6 e seguintes do Instrumento Convocatório, como parâmetro é permitido que a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração Pública, desde que comprovada sua exequibilidade e que não tenha sido alterado o objeto da contratação.

12. Logo, verificado a planilha da Recorrida e as produtividades apresentadas é possível concluir que a empresa vencedora respeitou plenamente os valores compreendidos na IN nº 05/2017, não havendo que se falar em inexequibilidade da proposta.

13. Veja que a produtividade é a capacidade de realização de determinado volume de tarefas, em função de uma rotina de execução de serviços estabelecida, considerando-se os recursos humanos, materiais e equipamentos disponibilizados, o nível de qualidade exigido e as condições do local de prestação dos serviços.

14. No que cerne a questão da exequibilidade da proposta, não há dúvidas que a empresa vencedora do certame apresentou quantitativo suficiente para execução do serviço, tendo em vista que comprovou em sua planilha que é possível executar o serviço com o quantitativo informado.

15. Ademais, a Recorrida não violou nenhum dos princípios basilares da administração pública, RESPEITANDO RIGOROSAMENTE O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Desta forma, a empresa Recorrida ofertou seus preços considerando os requisitos do Edital, o que resultou no melhor preço e consequentemente na melhor proposta, sem obter qualquer tipo de vantagem ilícita na elaboração da sua planilha, utilizando-se da sua expertise para formação dos preços apresentados.

16. A Recorrida apresenta larga experiência na administração de mão-de-obra, capacidade técnica atuando fortemente no mercado, preenchendo todos os requisitos da forma estabelecida, bem como, fornece equipamentos que otimizam os serviços.

17. Portanto, se a Recorrida consegue adequar a produtividade com redução de efetivo ESTIMADO no edital, este mérito advém da sua expertise, que comprovou que consegue realizar todos os serviços com o quantitativo ofertado.

18. Conforme extrai-se da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

3. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

3.1. Áreas Internas:

- a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m²;
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;
- c) Laboratórios: 360 m² a 450 m²;
- d) Almoxxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m²;
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m²;
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²;
- g) Banheiros: 200 m² a 300 m².

3.2. Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m²;
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;
- c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².

3.3. Esquadrias Externas:

- a) face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
- b) face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²;
- c) face interna: 300 m² a 380 m².

19. Ou seja, a Recorrida usou valor diferente do ESTIMADO, mas dentro do PERMITIDO pela Lei e pelo próprio edital, pois usou da sua vasta experiência para diminuir os valores sugeridos pela Administração, com objetivo final de executar o objeto da presente licitação com o melhor preço do mercado.

20. Não há que se falar em prejuízo as licitantes em relação a proposta da Recorrida, uma vez a Instrução normativa e de conhecimento de todos e permite a apresentação de produtividade diferenciada.

21. Com o intuito de reforçar o alegado até o presente momento, o edital de licitação em seu item 6 permite uma produtividade diferenciada quando estabelece que:

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTAS

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

[...]

6.1.2.2 PRODUTIVIDADE ADOTADA E, SE ESTA FOR DIFERENTE DAQUELA UTILIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO COMO REFERÊNCIA, OU NÃO ESTIVER CONTIDA NA FAIXA REFERENCIAL DE PRODUTIVIDADE, MAS ADMITIDA PELO ATO CONVOCATÓRIO, A RESPECTIVA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE.

6.1.2.2.1 A quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual;

6.1.2.3 OS LICITANTES PODERÃO APRESENTAR PRODUTIVIDADES DIFERENCIADAS DAQUELA ESTABELECIDADA PELA ADMINISTRAÇÃO, DESDE QUE NÃO ALTEREM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO, NÃO CONTRARIEM DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES E, CASO NÃO ESTEJAM CONTIDAS NAS FAIXAS REFERENCIAIS DE

PRODUTIVIDADE, COMPROVEM A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA;

6.1.2.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

22. Portanto, a empresa Recorrida possui por determinação contratual a obrigação de execução dos serviços de maneira que a qualidade não seja prejudicada, garantindo assim as exigências e padrões da Instituição responsável pelo pregão.

23. Ainda que assim não o fosse, o item 6.3.1 do Edital deixa claro que cabe a Contratada arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Vejamos:

6.3.1. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. No caso em comento, os valores considerados pela Recorrida em sua proposta de preços são compatíveis com os praticados no mercado laboral, e a produtividade apresentada atende ao objeto do procedimento licitatório em comento, conforme comprovou-se através do cálculo apresentado.

25. Em que pese todo o sobredito, ratifica-se: OS CUSTOS APRESENTADOS SÃO SUFICIENTES PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO COM QUALIDADE, E, PORTANTO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DESCLASSIFICAÇÃO.

26. Por isso, a proposta trazida pela LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA é transparente, exequível e está em consonância com o Edital de Licitação, a Lei nº 8.666/1993 e também com a Lei nº 10.520/2002, demonstrou exequibilidade, justificou os itens apontados na planilha e trouxe base para a sua aceitação, atendendo, portanto, o objetivo maior da licitação pública que é a contratação da melhor proposta.

27. Como se vê, não há qualquer irregularidade, devendo a Comissão de Licitação examinar a proposta com base em toda a documentação apresentada pela empresa, habilitando-a e declarando-a vencedora do certame, pautando sua decisão nos moldes do item 7.8 do Edital, que determina como critério de julgamento adotado o MENOR PREÇO. Até porque, de acordo ao que dispõe o art. 3º, da Lei nº 8666/93, a licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios basilares, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório, que impõe a Comissão de Licitação o dever de observar as normas impostas pela própria Administração.

28. Vê-se, portanto, que a tese sustentada pela Recorrente não deve prosperar, pois não há qualquer irregularidade no preço apresentado pela empresa Liderança, pelo contrário chegou-se a melhor proposta, que é a finalidade do pregão eletrônico do tipo menor preço.

29. Quanto aos percentuais provisionados na conta vinculada mencionados no recurso, também não merece razão os argumentos apresentados pela Recorrente, uma vez que a empresa Recorrida apresentou todos os percentuais obrigatórios, bastando simples análise das planilhas de preço apresentadas ao órgão licitante.

30. Fato é que se chegou à conclusão de que a manutenção da decisão de habilitação da Recorrida vai ao encontro do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois há claro atendimento as disposições previstas no Edital.

31. Assim, denota-se que as alegações da empresa Recorrente são PROTELATÓRIAS, superficiais e desprovidas de fundamentos fáticos e jurídicos, incapazes de macular a acertada decisão que declarou a empresa Recorrida vencedora do certame.

32. Por todo exposto, a ratificação de todos os atos administrativos praticados neste certame é medida que se impõe, uma vez que obedeceram rigorosamente não só ao previsto no Edital, mas, sobretudo, ao que dispõe a Lei e a Instrução Normativa nº 05/2017, devendo ser mantida a Recorrida LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA como vencedora do certame, uma vez que o preço ofertado é o mais vantajoso para a Administração e atende todos os requisitos exigidos no edital.

IV – DOS REQUERIMENTOS

33. Por todo exposto, demonstrada a impropriedade das razões acostadas pela Recorrente, requer-se:

a) Sejam estas contrarrazões, devidamente autuadas e processadas na forma da lei;

b) no mérito, que sejam desconsiderados os argumentos da Recorrente, decidindo-se pela manutenção da decisão que habilitou a Recorrida vencedora do certame.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Sabrina Faraco Batista
OAB/SC 27.739

Thayse Matias Silvestre
OAB/SC 41.490

Marlon Nunes Mendes
OAB/SC 19.199-b

WILLIAN LOPES DE AGUIAR
CPF nº 028.383.199-57

FRANCISCO LOPES DE AGUIAR
CPF nº 940.930.758-91

Fechar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 09/04/2020

CONTRARRAZÕES EM RECURSO Nº 2/2020 - DILIC (11.01.11.04.03) - DILIC (11.01.11.04.03)
(Nº do Processo: 23005.002969/2018-16)

(Assinado digitalmente em 22/04/2020 11:48)
PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA
CHEFE DE DIVISAO
1876926

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2020, tipo: CONTRARRAZÕES EM RECURSO, data de emissão: 22/04/2020 e o código de verificação: 325cace4c2